

***E*CONOMIA PARANAENSE: RESTRIÇÕES CONJUNTURAIS E AVANÇOS ESTRUTURAIS**

Gilmar Mendes Lourenço*

RESUMO

Neste artigo pretende-se discutir as mudanças estruturais recentes da economia paranaense, destacando a instalação de setores novos e o crescimento ou a modernização das indústrias tradicionais. Ao mesmo tempo, o texto mostra o resgate de um projeto de industrialização para o Paraná e a recuperação das instituições requeridas para o desenvolvimento industrial.

Palavras-chave: mudanças estruturais, crescimento, modernização.

ABSTRACT

This paper discusses the recent structural changes in the Paraná is economy, and emphasis the role of new sectors. It also discusses the increase or modernization of the states industries and the way they have been helped to survive and progress.

Key words: structural changes, modernize, progress.

*Economista, com especialização em Economia Rural pelo Programa Paranaense de Treinamento de Executivos (PPTE). Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Conselheiro do Corecon/PR, Articulista do Jornal Gazeta Mercantil. E-mail: glourenco@ineparnet.com.br

No presente artigo procura-se alinhar alguns aspectos explicativos das transformações recentes da base produtiva estadual. A linha de argumentação desenvolvida destaca o resgate de um “desejo de industrialização do Paraná”, sufocado durante uma década e meia, e a recuperação dos mecanismos e instituições capazes de viabilizar essa vontade. Tal mudança de postura aconteceu em meio a um cenário de elevação da taxa de investimento na economia brasileira, associada à ampliação da banda temporal de previsibilidade no cálculo econômico, proporcionada pela estabilidade monetária.

Ao mesmo tempo, a análise enfatiza os percalços de natureza conjuntural ao crescimento econômico estadual, principalmente os desequilíbrios macroeconômicos do país, fruto da conjugação entre instabilidade internacional, inserção passiva no processo de globalização e morosidade na negociação política e na implantação das reformas estruturais.

Nesse contexto, os indicadores e análises disponíveis revelam que a economia paranaense atravessa um estágio privilegiado de guinada estrutural, sem paralelo no país, e que talvez encontre precedente em sua história apenas no início dos anos 60, durante o primeiro governo Nei Braga.

Naquele período, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), criada em 1962 e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) em 1968, possibilitou o aporte de recursos para a construção da infra-estrutura básica do Estado, reunindo os requisitos físicos e financeiros para o *boom* econômico da década seguinte. O braço financeiro da Codepar foi representado pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), formado por um adicional restituível de 2% da alíquota de 4,5% do Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações, antecessor do ICMS, instituído com a reforma tributária de 1966. Nessas condições, o FDE funcionava como um autêntico orçamento paralelo de gastos e investimentos públicos.

O salto infra-estrutural compreendeu a realização de grandes obras voltadas ao aumento da oferta de energia elétrica, à construção de rodovias e ferrovias, à adequação do porto de Paranaguá, à implantação de uma rede de armazenagem pública e à modernização das telecomunicações.

Já, o surto econômico dos anos 70 englobou a modernização agrícola e agroindustrial, o avanço da indústria de papel e celulose, a constituição de

um parque cimenteiro e a implantação de uma refinaria de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), bem como a instalação e consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Na realidade, numa fase extremamente favorável à elevação da taxa de investimento na economia brasileira, depois de 1970, o Paraná conseguiu alargar suas vantagens competitivas mediante um articulado movimento de pressão política junto à esfera federal, rompendo reservas de mercado e bloqueios burocráticos e políticos ao crescimento econômico fora do Sudeste brasileiro.

Esse *lobby* político foi exercido por paranaenses ocupantes de importantes cargos federais, preponderantemente entre 1975 e 1978, e determinou a atração de grandes empresas internacionais para o Estado, com destaque para a New Holland, a Phillip Morris, a Robert Bosch, a Giben, a Nipondenso, a Haas, a Volvo, entre outras.

Atualmente, o Estado acumula um estoque de investimentos de quase US\$ 29 bilhões em projetos industriais privados e obras de infra-estrutura, programados ou realizados entre janeiro de 1995 e outubro de 1999, com maturação prevista até 2004. Trata-se da segunda maior carteira do país, perdendo apenas para São Paulo, representando quase 8% do total confirmado para o Brasil nesse período, contra aproximadamente 20% de São Paulo, 5,5% do Rio Grande do Sul e 2% de Santa Catarina.

Considerando que São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná respondem por, respectivamente, 35%, 7% e 6,4% do PIB nacional, é fácil perceber que o Paraná está investindo proporcionalmente mais, e em ramos com maior capacidade de agregação de valor. Por isso, deve se transformar na quarta economia do país entre 2001 e 2002, superando os gaúchos, segundo projeções realizadas pelo IPARDES e confirmadas por outros exercícios de previsão realizados pela Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul.

Esses planos de inversões contemplam cinco vetores estreitamente articulados. O primeiro corresponde à formação de um pólo automotivo, que começou com a New Holland e a Volvo ainda nos anos 70 e incorporou recentemente as montadoras Renault, Volks/Audi, Chrysler e seus fornecedores diretos, especialmente a Tritec motores, a Detroit Diesel, a Dana Corporation, a Lear Corporation, a Siemens e a Bertrand Faure, além da Companhia Siderúrgica Nacional.

O segundo vetor abarca a verticalização das cadeias agrícola e agroindustrial liderada pelas cooperativas. Essas organizações empresariais dominam a oferta de matéria-prima no Estado, detêm expressiva parcela da capacidade de industrialização, possuem estruturas gerenciais e de capitalização avançadas, semelhantes às das grandes empresas privadas, e atuam de forma regionalizada, o que facilita tanto a identificação de oportunidades quanto a alocação de recursos de forma mais eficiente em verticalização e integração, junto às regiões produtoras.

O terceiro eixo compreende a modernização do complexo madeireiro-papeleiro, principalmente depois de grandes inversões feitas nas áreas de tecnologia de ponta, tais como Medium Density Fiberboard (MDF) e Oriented Standard Board (OSB).

O quarto bloco trata da ampliação da frente externa, especialmente com o Mercosul, que absorveu cerca de 12% das exportações paranaenses em 1998 contra 4% em 1990, antes da celebração do tratado de livre comércio.

Por fim, o quinto vetor equivale ao melhor aproveitamento das vocações e ao desenvolvimento das aptidões regionais, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de reconstrução de espaços, como os consórcios de municípios.

Por trás dessa reestruturação produtiva destacam-se algumas iniciativas destinadas à consolidação dos requisitos necessários à diminuição do custo Paraná e ao aumento da competitividade sistêmica do Estado, sobretudo nos itens ciência e tecnologia e infra-estrutura.

A retaguarda científica e tecnológica deve registrar substancial expansão, na direção da introdução de novos paradigmas, fruto da otimização de esforços públicos e privados, englobando as áreas de gestão, processos e produtos e implicando ganhos de produtividade e competitividade do parque produtivo operante no Estado.

Os esforços de ampliação e melhoria da eficiência da infra-estrutura física incluem as obras do Anel de Integração, num trecho de mais 2 mil km de estradas federais que cortam o Estado, a extensão da Ferroeste até Guaíra e Foz do Iguaçu e a construção de dois complexos de pontos ligando o Paraná ao Centro-Oeste brasileiro, uma em Guaíra, no oeste, e outra em Icaraíma, no

noroeste. A revolução infra-estrutural inclui também a modernização do Porto de Paranaguá, o aumento da oferta de energia, inclusive com a perspectiva de fornecimento de gás natural da Bolívia, e a ampliação e modernização da rede de telecomunicações, entre outros avanços.

Na verdade, esse processo de transformação decorre da total inserção do Estado no caminho favorável trilhado pela economia brasileira, desde o lançamento do Plano Real em julho de 1994 e o aprofundamento da liberalização comercial em fins de 1994. Mais precisamente, os desdobramentos positivos do Plano Real podem ser traduzidos na estreita concatenação entre o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade dos agentes, a redescoberta do Brasil por parte dos investidores, a recuperação do poder de compra da população e a ampliação das relações externas, notadamente com a consolidação do Mercosul.

Entretanto, o Plano Real também abriu espaço para uma espécie de restauração de um movimento de desconcentração industrial do eixo Rio-São Paulo-Minas em direção às cidades de porte médio e grande do Centro-Sul do país, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de excelente infra-estrutura e apresentando menor custo de mão-de-obra e reduzida organização e atuação sindical.

No final das contas, o Paraná revelou uma enorme capacidade de sincronização com tais condicionantes ou mesmo de cumprimento dos requisitos neles embutidos, sobretudo em virtude de sua posição geográfica estratégica e de sua rede de infra-estrutura.

Essas vantagens foram multiplicadas pela opção política de reativação de uma retaguarda institucional de apoio à transformação qualitativa da estrutura produtiva estadual, reduzindo sua crônica e incômoda dependência da operação do agronegócio. Essa especialização no agronegócio acabava por deixar o curso da economia estadual à mercê das condições climáticas, das flutuações dos mercados internacionais e, preponderantemente, da deficiente política agrícola formulada e implementada pelo governo federal, particularmente quanto à vertiginosa redução da oferta de crédito oficial e à ausência de mecanismos compensatórios à concorrência desleal imposta pelas importações subsidiadas nos países de origem e pagas conforme juros e prazos internacionais, normalmente superiores a um ano.

O agronegócio representa aproximadamente 32% do PIB paranaense e justamente essa dependência explica a perda líquida de aproximadamente R\$ 500 milhões em ICMS com a vigência da Lei Kandir desde o final de 1996, que isentou do recolhimento do tributo as exportações de produtos básicos e semimanufaturados, perda essa que deve chegar a R\$ 700 milhões até o final de 1999. Esse grupo de produtos representou 62,4% das exportações paranaenses no biênio 1997-1998, contra 44,9% do Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, parece oportuno recordar que, por uma ótica mais estrutural, o Estado vem sentindo, ao longo dos anos 90, os efeitos da intensificação do deslocamento inter-regional do crescimento do agronegócio do Centro-Sul do país para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Essa migração de capitais é consequência do esgotamento das bases de expansão nas regiões de origem e da disponibilidade de grandes extensões de terra e de matéria-prima, do baixo custo da mão-de-obra e dos incentivos fiscais nas regiões de destino, acrescidos da possibilidade de diminuição dos custos de transporte devido à alternativa de escoamento da produção por sistema multimodal em comparação com a alternativa rodoviária.

Segundo estimativas da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), os custos de embarque de uma tonelada de soja são de US\$ 4 no Porto da Madeira no Maranhão e de US\$ 9 em Paranaguá. Além disso, a capacidade máxima de embarque por navio é de 350 mil toneladas no Maranhão e 70 mil toneladas no Paraná. Como se vê, o complexo grãos apresenta sérias desvantagens competitivas no Centro-Sul.

Nesse processo de saída de atividades do Centro-Sul, pode-se apontar alguns exemplos pontuais:

- a) o desvio do eixo de produção de milho e de soja e da avicultura e da suinocultura de grande escala para o Centro-Oeste, evidenciado pelo projeto de R\$ 280 milhões da Perdigão em Goiás, o primeiro do grupo fora da Região Sul;
- b) a migração da cotonicultura para o Centro-Oeste, plantada em vastas extensões de terras planas, adequadas à mecanização e à obtenção de crescentes economias de

escala, em modalidade empresarial, organizada e controlada por grandes grupos, como Maeda, Tadashi, Maggi e Sachetti;

- c) a transferência de empresas de calçados do Rio Grande do Sul, particularmente do Vale dos Sinos, para o Nordeste, atraídas por um conjunto de oportunidades, destacando-se o baixo custo da mão-de-obra e as benesses fiscais;
- d) o projeto de US\$ 100 milhões da Batavo para exploração do cerrado maranhense, especificamente no município de Balsas, cuja primeira fase englobou a aquisição de 10 mil hectares de terras para o cultivo de grãos, a correção de solos e a construção de casas e armazéns. Mais adiante, certamente, virão as agroindústrias.

Assim, para viabilizar o projeto de mudança de seu perfil econômico, o Estado valeu-se da revitalização do Programa Paraná Mais Emprego, criado em 1992 com a denominação de Bom Emprego Fiscal, e do FDE, instituído em 1962 na mesma lei que criou a Codepar, conforme já observado.

Apesar dos reflexos da conjuntura de crise vivida pelo país, principalmente desde setembro do ano passado, os resultados dessa estratégia, em certa medida, já começaram a aparecer. Exemplo disso é o crescimento de 2,54% em 1998 do Produto Interno Bruto (PIB), contra queda de 0,12% do brasileiro. O Estado também atraiu cerca de US\$ de 3,3 bilhões em inversões industriais privadas desde janeiro de 1998, sendo metade a partir de setembro, no auge das consequências negativas da falência da economia russa, da abrupta elevação dos juros primários no país e das mudanças nas regras cambiais.

No entanto, tudo isso não significa que o Paraná seja uma “ilha de prosperidade” em meio a uma crise nacional, tanto é que o comportamento de sua economia foi bastante influenciado em 1998 por um conjunto articulado de adversidades, com destaque para o fraco dinamismo da economia mundial, o declínio das cotações das *commodities* e a política de juros altos e de atraso cambial praticada pelo governo federal.

Para piorar esse quadro, no último trimestre do ano passado, um conjunto apreciável de grandes empresas industriais, fortemente vinculadas ao mercado globalizado – como a Volvo, New Holland,

Chrysler, Electrolux e Phillip Morris – foi forçado a realizar uma reprogramação para baixo dos níveis de utilização das capacidades de produção e de ocupação de mão-de-obra, adequando-os a uma situação de menor volume de vendas. As providências restritivas começaram com a suspensão de horas-extras e a redução das jornadas de trabalho, passaram pela concessão de férias coletivas e, em alguns casos, culminaram na realização de demissões.

Em consequência, entre outubro de 1998 e abril de 1999, o setor manufatureiro estadual foi forçado a realizar ajustes para baixo na utilização da capacidade produtiva instalada e no grau de ocupação de mão-de-obra, dada a necessidade de enfrentamento das adversidades vinculadas à eclosão da crise russa, ao choque de juros promovido pelo Banco Central, à adoção do pacote de contenção fiscal por parte do governo FHC ainda em 1998 e à radical alteração das regras cambiais em janeiro de 1999.

Contudo, passada a fase de aprofundamento do ciclo recessivo no primeiro quadrimestre de 1999, fruto da sucessão e articulação de influências macroeconômicas desfavoráveis desde o segundo semestre de 1998, a economia paranaense começou a esboçar sinais concretos de recuperação dos níveis de atividade a partir do mês de maio.

Assim, no bimestre maio-junho, o Paraná retomou a liderança da expansão industrial do país. O nível de produção física da indústria do Estado cresceu 3,4% nos últimos doze meses encerrados em junho de 1999, contra queda de 3,4% da indústria brasileira. Já no acumulado dos primeiros seis meses do ano, a indústria paranaense registrou incremento de 2,1% contra recuo de 3,2% da brasileira, em relação a idêntico intervalo de 1998. Trata-se da segunda melhor performance do país, atrás apenas do Rio de Janeiro, em virtude dos enormes impactos das inversões petroquímicas realizadas naquele estado, reproduzindo a política da Petrobrás de aumento da produção interna e de redução da dependência externa de derivados de petróleo.

Em direção semelhante, o setor primário regional também emitiu sinais animadores no primeiro semestre. As estimativas do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná revelam que a receita bruta da safra de verão de 1999 deve atingir R\$ 3,8 bilhões, superando em 15,6% a cifra obtida em 1998.

O desempenho da produção industrial e agrícola começou a interferir positivamente em outras variáveis a partir do mês de abril, como utilização de energia elétrica e emprego de mão-de-obra. O consumo de energia elétrica acusou incremento de 4,1% no período janeiro-julho de 1999 em relação ao mesmo intervalo de 1998, contra 1,3% da média nacional, puxado pelas classes comercial (5,5%), industrial (4,2%) e residencial (4,2%).

Cálculos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com base em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, apontam expansão de 0,43% na geração líquida de postos de trabalho no Paraná no primeiro semestre de 1999, representando 5.074 vagas.

Tal performance foi a terceira melhor do país, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo. Ainda assim, os números traduzem o pior desempenho dos últimos seis anos neste intervalo, evidenciando a dimensão recessiva do programa macroeconômico no Paraná, especialmente no primeiro trimestre de 1999, com o fechamento líquido de 16.693 postos, compensados pelas admissões líquidas de 22.267 pessoas no segundo trimestre. Aliás, ressalte-se que Paraná liderou as contratações formais do país neste primeiro semestre, registrando 43,9 mil ingressos ante 42,5 mil em São Paulo, 21 mil no Rio Grande do Sul, 19,6 mil no Ceará e 14,3 mil em Santa Catarina, o que configura um acréscimo de 42,4% em relação ao mesmo período de 1998 (30,8 mil colocações) e traduz os primeiros desdobramentos da recuperação da economia na esteira da desvalorização cambial e da queda dos juros.

Esses resultados poderiam ser ainda melhores não fosse a lentidão de resposta das vendas externas paranaenses tal como as brasileiras, à desvalorização cambial – em razão da combinação entre escassez de linhas de financiamentos, queda da demanda mundial de manufaturados e aumento dos estoques e declínio dos preços das principais *commodities* nos mercados externos – e o desmantelamento das estruturas exportadoras durante quatro anos e meio de câmbio sobrevalorizado.

Assim, à exceção da estabilidade de preços do suco de laranja e do complexo carnes, as cotações das demais *commodities* vêm registrando fortes quedas,

especialmente a soja (a menor dos últimos treze anos), café (42% abaixo da de 1998) e açúcar (o menor preço em quatorze anos). Outro complicador equivale ao encurtamento do mercado argentino, por conta dos reflexos da pronunciada recessão interna, somada ao agravamento da competitividade do país portenho com o alinhamento cambial promovido pelo Brasil.

Como consequência desse conjunto de adversidades, o valor das exportações paranaenses decresceu 11,9% nos primeiros sete meses de 1999, puxado pelas performances negativas do complexo soja (óleo refinado e grão), de fios de seda e de carne bovina, associadas à retração dos mercados asiático, europeu e argentino. Os resultados positivos foram verificados nas vendas de madeira, carne de frango, veículos, motores diesel e óleo de soja em bruto.

Não obstante os números negativos no *front* externo, essa surpreendente reação da produção industrial e da ocupação de mão-de-obra no Estado reforça as apostas de retomada do crescimento ainda no segundo semestre de 1999, supondo o desbloqueio dos entraves provocados ao país pelas turbulências internacionais e a manutenção da tendência de declínio dos juros e dos compulsórios e de aprovação das reformas estruturais.

Mais especificamente, a base produtiva estadual deve começar a ser influenciada pela recuperação da renda do agronegócio e do segmento exportador, devido aos impactos positivos da desvalorização e da mudança do regime cambial e aos reflexos da reestruturação produtiva ocorrida nos últimos anos na direção de ganhos de produtividade. É importante notar que, a despeito da tímida resposta das exportações ao estímulo proporcionado pela atualização cambial no primeiro semestre, os efeitos multiplicadores dinâmicos dessa massa adicional de recursos em reais, resultante da comercialização da safra, devem representar variável-chave para a reativação do níveis de atividade no Paraná.

Ao mesmo tempo, o Estado deve ser beneficiado no médio prazo pelos impactos das grandes inversões produtivas programadas e/ou realizadas nos últimos quatro anos e meio, lideradas pela dinâmica do parque automotivo, do agronegócio, do complexo papelheiro-madeireiro, da

construção civil e, por último, do novo processo de substituição de importações, viabilizado e/ou facilitado pelos ganhos de competitividade derivados do ajuste cambial.

Evidentemente, a factibilidade desse processo substitutivo e da tendência de um maior integração vertical de alguns segmentos industriais dependerá das condições intrínsecas de cada um deles. É forçoso reconhecer as limitações impostas pela necessidade de acesso às tecnologias de ponta, casos de telecomunicações e de química fina, ou de obtenção de pronunciadas economias de escala (veículos *top* de linha).

Todavia, a alternativa da substituição pode ser viabilizada mais facilmente naqueles ramos mais sensíveis ao aumento dos custos e à redução da competição das importações, especialmente minerais não metálicos, têxtil e confecções, tricultura, alimentos e bebidas, inclusive com efeito indireto na ampliação das margens de comercialização dos fornecedores internos.

A capacidade de substituição também está presente para os segmentos que optaram pelas compras externas de insumos e componentes como alternativa de redução de custos, viabilizada pela vantagem determinada pela valorização cambial. É o caso dos segmentos de metalurgia, eletrodomésticos e peças e componentes, ligados à perspectiva de aceleração dos programas de nacionalização das cadeias de suprimento para a fabricação de veículos.

Nessa linha, a Volks/Audi opera com um índice de nacionalização de 40%, devendo atingir 80% em 2001, contra 60% da projeção antes da desvalorização cambial. A Renault tenciona fabricar veículos com 75% de nacionalização até o final de 1999 (atualmente está em 50%), sendo que os motores produzidos no Paraná devem atender a 80% da demanda das plantas industriais do grupo no Mercosul. Já, a Chrysler projeta 60% de nacionalização da picape Dakota em 2001, que está atualmente em 50%.

Na área de máquinas e implementos agrícolas, a New Holland deve atingir nacionalização de 95% das colheitadeiras em 1999. Os 5% restantes são componentes de alta precisão, como os sistemas de acionamento hidráulico, com substituição inviável por restrição de escala.

Os fornecedores de primeira camada do parque automotivo também tendem a ampliar os seus níveis de integração regional. A Bosch, fabricante de bomba injetora a diesel, opera com nacionalização de 60%, a Tritec Motors (*joint venture* entre Chrysler e BMW) deve alcançar 75% e a Dana Corporation chegou a 95%, com 72 fornecedores, sendo 12 locais.

Dentro dessa perspectiva de adensamento da matriz de relações interindustriais do pólo automotivo, por meio do incremento das compras regionais, é lícito delinear duas tendências. A primeira, na área de suprimento de primeira linha, corresponde às possibilidades de realização de parcerias entre empresas locais e estrangeiras para rápida incorporação de tecnologia. A segunda, englobando empresas das faixas intermediárias de fornecedores, depende da aceleração de iniciativas sincronizadas entre setores público e privado, visando ao cumprimento de algumas pré-condições como introdução de sistemas de qualidade, normas técnicas de controle e informatização, racionalização de processos, capacitação de pessoal, obtenção de economias de escala etc. O Programa Paraná Automotivo, organizado pelo Sebrae e pelo Sindimetal, constitui um primeiro passo nessa direção.

Esses cenários poderão ser otimizados mediante esforços dos agentes públicos e privados do Estado visando à criação e/ou restauração dos instrumentos para a superação de alguns obstáculos colocados ao desenvolvimento regional nos próximos anos, com destaque para a trajetória de liberação da mão-de-obra do meio rural, o desemprego estrutural e os desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, reconhecendo o caráter automatizado dos novos processos industriais e a irreversibilidade da mecanização de determinadas atividades agrícolas, é interessante a montagem de estratégias permanentes de compensação dos custos sociais da parcela do processo de transformação atrelada ao novo padrão de competição globalizada.

A par disso, parece crucial a necessidade de buscar uma maior pulverização espacial da atual reciclagem da economia estadual, com maiores impactos na geração de renda e de emprego. Essa tarefa pode ser preenchida através da maximização das vocações, do desenvolvimento de aptidões e, principalmente, da valorização das experiências e iniciativas locais, na forma de pactos ou fóruns

permanentes de classes empresariais e lideranças comunitárias, respaldados financeiramente pela Agência de Desenvolvimento do Paraná.

Num primeiro momento, é possível vislumbrar alternativas bastante favoráveis à diversificação de algumas regiões ou pólos econômicos do Estado. Começando pelo espaço abrangido por Ponta Grossa, observam-se chances de aproveitamento da vantagem proporcionada pelo entroncamento rododiferroviário e de consolidação da condição de pólo de atividades madeireiras-papeleiras, lácteas e metalmeccânicas, estas últimas articuladas à indústria automotiva operante na RMC.

A região de Londrina, fortemente articulada com o segundo maior mercado do país (interior de São Paulo), deve intensificar o processo de mudança de seu perfil econômico – resgatando sua vocação industrial e introduzindo elos tecnológicos em suas cadeias produtivas –, sustentado na infraestrutura científica e tecnológica disponível e revigorado com a implementação do Plano de Desenvolvimento Industrial (PDI) e pelos projetos da Infovia e do Teleporto.

A área polarizada por Maringá deve experimentar uma consolidação como pólo agroindustrial, aproveitando sua posição geográfica estratégica em relação ao Mercosul, potenciada pela criação da Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA). Ademais, pode complementar vários encadeamentos agroindustriais através de uma maior articulação com a região de Campo Mourão, que sedia a maior cooperativa da América Latina e possui apreciável retaguarda tecnológica, representada pelos cursos da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (Fecilcam) e do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) na área de alimentos.

A região Oeste do Estado deve acentuar sua vocação agroindustrial, especialmente nas áreas de industrialização de carnes e de laticínios, facilitada pelo funcionamento do Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste e pela posição privilegiada no corredor de exportações ao Porto de Paranaguá.

Foz do Iguaçu deve aprimorar seu perfil comercial-turístico, atraindo inversões para suprimento da demanda ampliada de serviços, predominantemente de hotelaria, notadamente com a recuperação do turismo ecológico e de eventos.

Já a região Noroeste deve garantir a dinâmica dos complexos sucroalcooleiro e da bovinocultura de corte e de leite, além de avançar nos segmentos de citricultura e sericicultura. Há ainda a expectativa de obtenção de rentabilidade econômica no cultivo de grãos, alternativa à exaustão do solo arenoso.

Por fim, o Sudoeste deve registrar impulso nos segmentos de industrialização de carnes. Além disso, pode experimentar um movimento de transformação econômica a partir da consolidação do Pólo Eletroeletrônico, instalado como Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste (Cetis), sustentado pela atuação regional do Cefet e pela proximidade das usinas hidrelétricas de Segredo e Caxias, multiplicadas pelo aparato tecnológico disponibilizado pelo Laboratório Central da Copel (LAC).

A grande expectativa da sociedade paranaense é que a consolidação desse ciclo possa, no médio prazo, contribuir para a multiplicação dos níveis de emprego, renda e receitas fiscais no Estado. Com isso, abririam-se flancos para a reversão do desequilíbrio financeiro do tesouro estadual, fruto das perdas líquidas de arrecadação decorrentes da vigência da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e do comprometimento de parcela expressiva das receitas com dispêndios pouco comprimíveis como folha de salários e serviço da dívida.

O déficit do Estado também tem raízes na não compensação das perdas derivadas da acentuação

da abertura comercial – particularmente na triticultura, exposta à concorrência do Mercosul e às importações subsidiadas na origem, e no complexo algodoeiro, submetido à competição predatória dos asiáticos – e na sua reduzida participação nas transferências federais, absolutamente dissociada de seu peso econômico. Esse ponto é reflexo principalmente da tímida e desarticulada postura política da representação estadual no encaminhamento e defesa dos projetos prioritários para o Paraná junto à esfera federal.

Os déficits orçamentários ainda traduzem a intransigente manutenção de um modelo de gestão financeira incompatível com um quadro macroeconômico que condiciona a retomada da expansão à estabilidade da estrutura de preços relativos. Em outras palavras, desde o lançamento do Plano Real, a ausência e/ou retardo das mudanças de base, sobretudo do ajuste fiscal, transformou o controle da inflação em refém da recessão, sepultando assim qualquer possibilidade de utilização do imposto inflacionário como mecanismo de ajuste das contas públicas, mediante a indexação das receitas e a postergação das despesas nominais, procedimento bastante comum nos períodos de inflação elevada e ascendente. Alternativamente, cumpre buscar a plena combinação entre diminuição do montante e reorientação qualitativa dos dispêndios públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia Paranaense: reestruturação estratégica pós-1995. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.20, n.9-10, p.3-8, set./out. 1998.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia Paranaense: novos cenários 1998-2010. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.21, n.1-2, p.3-12, jan./fev. 1999.